

FONASC.CBH

**Fórum Nacional
da Sociedade Civil nos Comitês
de Bacias Hidrográficas**

Representação Efetiva das Organizações Cívicas e Movimentos Sociais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Brasília, 10 de SETEMBRO DE 2018

A

**Exmo. Sr. Secretário do CNRH
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DD. Sr. Jair Tannus**

Prezado Senhor,

Com os cumprimentos das organizações civis que constituem o FONASC CBH Fórum Nacional da Sociedade Civil nos CBHs – CNPJ 05784143-0001-55 e em nome das demais organizações parceiras que participam da representação das ONGs no CNRH e fundado no artigo 10 DO Regimento Interno do CNRH, que estamos encaminhamos a MINUTA abaixo a V. Exa. para que se digne dar ciência para aprovação pelo CNRH e suas instâncias, com a maior brevidade, nossa proposta para que seja encaminhada ao Congresso Nacional de MOÇÃO que “Recomenda ao Senhores Senadores e Deputados, em nome da garantia da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e do compromisso com o direito humano a água, que impeçam a aprovação da MP 844/2018”

Tal proposta se justifica pela extrema relevância que o tema Saneamento tem e as sérias implicações da aprovação da MP 844/2018 na POLITICA DE RECURSOS HIDRICOS conforme exposto na Minuta abaixo, sugerindo que a aprovação dessa MP nos termos ora em tramitação no Congresso Nacional já tem significativo impacto no processo de institucionalização dessa política nos seus instrumentos, fundamentos, conforme os “Considerados” abaixo elencados.

A aprovação dessa MOÇÃO pelo egrégio plenário desse CNRH, evidenciará a afirmação e responsabilidade do CNRH diante de tão importante medida legislativa ora em tramitação, e que pode ser tramitada e debatida de maneira não açodada e intempestiva como vem sendo, de modo a permitir debates e discussão com mais setores sociais interessados e envolvidos.

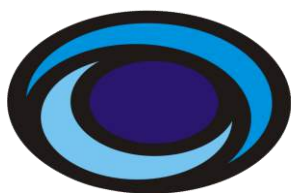
Na expectativa de vossas providências, estamos a disposição para mais informações,

Cordialmente,

JOÃO CLIMACO FILHO

Coordenador Nacional do FONASC CBH. Entidade representativa do segmento ONGs no CNRH - Rua Leônicio José Rodrigues, 172 - Jardim Felicidade - CEP 31742-470 - Belo Horizonte - MG – Conselheiro suplente e representante da ONG Abrace a Serra no CNRH. fonascdbh@yahoo.com.br – www.fonasc-cbh.org.br

FONASC CBH – Fórum Nacional da Sociedade Civil nos CBHs - . Rua Leônicio José Rodrigues, 172 - Jardim Felicidade - CEP 31742-470 - Belo Horizonte - MG -- Suplente representante da ONG Abrace a Serra no CNRH. fonascdbh@yahoo.com.br – www.fonasc-cbh.org.br



FONASC.CBH

**Fórum Nacional
da Sociedade Civil nos Comitês
de Bacias Hidrográficas**

Representação Efetiva das Organizações Cívicas e Movimentos Sociais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

MINUTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MOÇÃO Nº, DE..... DE 2018

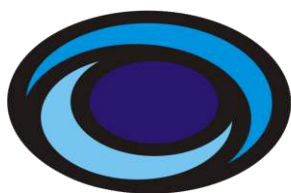
*Recomenda ao Senhores Senadores e Deputados,
em nome da garantia da universalização do acesso aos serviços
de saneamento básico e do compromisso com o direito humano
a água, que impeçam a aprovação da MP 844/2018 que
desestrutura a política de saneamento no Brasil.*

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis n 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA n o 437, de 8 de novembro de 2013, e Considerando que a MP 844/18 –MEDIDA PROVISÓRIA DE 6 DE JULHO DE 2018 decretada pelo **Presidente da República Brasileira Michel Temer**, caso aprovada, desestrutura a política de saneamento básico no Brasil na medida em que altera, entre outras, a Lei 9.984 de 2000, que criou a Agência Nacional de Água, a Lei 11.445 de 2007 que definiu as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil, afetando de forma grave um dos instrumentos principais da política de saneamento que é o subsídio cruzado em que municípios rentáveis subsidiam os deficitários.

Considerando a audiência pública referente **a privatização da Água no Brasil** promovido pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, ocorrida no dia 5/8/2018 que tratou da MP 844/2018

Considerando que o instrumento da Medida Provisória, segundo o artigo 62 da Constituição Federal diz que tal instrumento só deverá ser utilizado “Em caso de relevância e urgência”, e um dos instrumentos propostos na MP só terá validade após 3 anos de sua aprovação, o que descaracteriza tal urgência e relevância.

Considerando que a medida provisória interfere na titularidade municipal em relação a prestação dos serviços de saneamento quando obriga os municípios a abrirem consulta pública anteriormente a celebração de “Contrato de Programa” para a prestação de serviços de saneamento básico com empresa pública de saneamento



FONASC.CBH

**Fórum Nacional
da Sociedade Civil nos Comitês
de Bacias Hidrográficas**

Representação Efetiva das Organizações Cívicas e Movimentos Sociais no Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Considerando que a MP designa a Agência Nacional de Águas (ANA) como formuladora de normas de referência nacionais sobre regulação do saneamento básico no Brasil e que a mesma possui outras expertises que não de regulação de serviços de saneamento básico sendo que tal situação agride frontalmente princípios básicos da Lei 9433 que enfatiza a atuação colegiada dos segmentos governos, sociedade civil e usuários no processo de tomada de decisão negociada entre esses atores com vistas a gestão dos recursos hídricos .

Considerando que a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico no Brasil só será possível com o fortalecimento do papel do Estado como indutor dessa política pública que se relaciona diretamente com a saúde pública, com o meio ambiente e com a preservação dos recursos hídricos, com fortalecimentos dos instrumentos de controle social e da implementação do Plano Nacional de Saneamento – PLANSAB.

Considerando que a emenda altera também a **Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) baseada no seguinte fundamento. Art. 1º Água é um bem de domínio público.**

Considerando que , **tem sido evidente o posicionamento das diversas representações da Sociedade Civil** dentre as quais as organizações civis que participam do SINGREH inclusive **O FONASC.CBH - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica** entidade que representa da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e nos CBHs no país, Resolve:

Aprovar moção a ser encaminhada ao Senado Federal e a Câmara dos Deputados com os seguintes objetivos:

- 1) Manifestar nosso repúdio a MP 844/18 pelos motivos expostos acima, com vistas a **SEGURANÇA HÍDRICA** da Sociedade Brasileira com acesso a água a atual e as futuras gerações,
- 2) Reivindicar que a MP 844/18 não seja aprovada e que qualquer alteração nas legislações, se tiverem que haver, que sejam através de Projeto de Lei debatido com toda a sociedade

PRESIDENTE DO CONSELHO

SECRETARIO EXECUTIVO